

PRODUZIR

SINAL AMARELO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA E OS FUNDOS ESTADUAIS

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

SÃO VISÍVEIS as dificuldades do setor público – municípios, estados e União – em equilibrar as contas e manter a arrecadação em níveis para cumprir as despesas obrigatórias e investir naquilo que a sociedade precisa. Porém, as dificuldades existentes não podem servir de base para um novo erro, de onerar áreas cruciais da economia, como a produção de alimentos e o agronegócio.

Dois fatos tornam esse cenário preocupante: o avanço das legislações estaduais destinadas a cobrar mais impostos sobre o agronegócio e a reforma tributária (RT) em discussão no Congresso Nacional (CN). Um grande esforço para modificações nessas propostas apresentadas está sendo feito pela SRB e, principalmente, pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Os principais países do mundo protegem sem aumentar a taxação da produção agropecuária. No caso do Brasil, com participação do agronegócio em cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB), esse tratamento diferenciado é mais essencial para garantir empregos e rendas, mantendo alimentos mais baratos para a população e impedindo o avanço da desigualdade social. As versões apresentadas da RT trouxeram sugestões inaceitáveis, como o aumento da carga fiscal para a cesta básica. Por meio de diálogo com a classe política, confiamos no bom senso do relatório da RT, previsto para ser apresentado na segunda quinzena de maio próximo, em coerência com a importância do agro no País.

Ao mesmo tempo, seguimos atentos aos movimentos por parte de governos estaduais. Em um debate recente promovido pela SRB, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) mostraram que pelo menos dezesseis estados brasileiros já aprovaram algum tipo de legislação para reduzir benefícios fiscais ou aumentar a cobrança de tributos sobre o agronegócio. Isso poderá causar prejuízos com consequências gerais para a sociedade. Algumas leis já passaram por revisões recentes, como no caso do estado de Mato Grosso, que lidera o *ranking* na produção de soja, milho e bovinos no País.

A origem do problema é uma decisão aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) em maio de 2016, chamada de Convênio nº 42. A regra autorizou estados e o Distrito Federal a condicionarem benefícios fiscais nos depósitos para fundos específicos. Já em funcionamento, a maioria refere-se a investimentos em infraestrutura e programas sociais.

A concorrência desses fundos fica prejudicada. Os agricultores que plantam uma mesma *commodity*, por exemplo, terão condições financeiras diferentes. Como nem todas as Unidades da Federação (UFs) adotaram o aumento de tributação ao agro, os ganhos anuais para seus cofres já chegam a R$ 1 bilhão. Não se pode aceitar que essas decisões sejam tomadas sem que haja um diálogo prévio com o setor e uma reflexão sobre os prejuízos futuros para toda a sociedade.

Por esse motivo, a SRB está engajada na pressão junto aos poderes Executivo e Legislativo, com iniciativas jurídicas para minimizar os efeitos negativos das novas legislações no agro. Vamos, juntos, dialogando sempre em defesa do setor que vem garantindo o alimento na mesa, no Brasil e no mundo. ■

"As versões apresentadas da RT trouxeram sugestões inaceitáveis, como o aumento da carga fiscal para a cesta básica."